



É incontroverso o fato de que a atuação do STF durante a pandemia de covid-19 representou um marco no enfrentamento ao coronavírus no Brasil, na medida em que assegurou através de uma série de decisões a autonomia de estados e municípios na adoção de medidas de proteção do direito à saúde da população diante da omissão do governo federal de então. A presente obra analisa algumas dessas decisões paradigmáticas da Corte proferidas durante a pandemia, tendo como recorte da abordagem as ações ajuizadas pelo estado do Maranhão com o objetivo de garantir a efetividade de suas políticas de saúde pública em diversos conflitos federativos em face da União Federal. Desse modo, a obra se encontra ancorada fundamentalmente na ideia de que a preservação da autonomia federativa é condição de eficácia dos direitos fundamentais, revelando-se central o papel do STF no contexto de organização do Estado Federal brasileiro.

RODRIGO MAIA ROCHA

Prefácio

Ingo Wolfgang Sarlet

Apresentação

Flavio Dino de Castro e Costa

A ATUAÇÃO DO STF E O EQUILÍBRIO DO PACTO FEDERATIVO

UM ESTUDO A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO

Área específica da obra

Direito Constitucional

Áreas afins do livro

processo constitucional

Palavras-chave

Federalismo; Direito à saúde; COVID-19; Supremo Tribunal Federal

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3235

R672a Rocha, Rodrigo Maia

A atuação do STF e o equilíbrio do pacto federativo: um estudo a partir das políticas públicas de saúde do estado do Maranhão / Rodrigo Maia Rocha. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

201 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-65-5518-684-0
ISBN digital 978-65-5518-689-5

1. Federalismo. 2. Direito à saúde. 3. COVID-19. 4. Supremo Tribunal Federal. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROCHA, Rodrigo Maia. *A atuação do STF e o equilíbrio do pacto federativo: um estudo a partir das políticas públicas de saúde do estado do Maranhão*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 201 p. ISBN 978-65-5518-684-0.

Rodrigo Maia Rocha

Advogado, Procurador do Estado do Maranhão desde 2005, Procurador-Geral do Estado do Maranhão de 2015 a 2023, Secretário de Meio ambiente do Município de São Luís de 2013 a 2014, Presidente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal de 2019 a 2022 e Presidente do Fórum de Procuradores-Gerais do Nordeste de 2017 a 2018. Mestre em Direito pela PUCRS e doutorando em Direito pela PUCRS.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Ingo Wolfgang Sarlet	13
APRESENTAÇÃO	
Flávio Dino	19
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 2	
A FEDERAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	27
2.1 Formas de organização do Estado	27
2.2 O Estado federal e seus elementos fundamentais	32
2.3 Evolução do federalismo no Brasil	41
2.4 Estado Federal na Constituição de 1988	50
2.4.1 Projeções do princípio federativo presentes no texto da Constituição	50
2.4.2 A repartição de competências no atual sistema constitucional brasileiro	55
2.4.3 Divisão de competências e o conceito de federalismo de cooperação: aproximações críticas à luz da ordem jurídico-constitucional brasileira.....	69
2.4.4 Federalismo e o direito à saúde.....	74
CAPÍTULO 3	
DIREITOS SOCIAIS, SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	81
3.1 Contornos do direito à saúde na Constituição de 1988	81
3.1.1 O direito à saúde enquanto direito fundamental social	88
3.1.2 Direitos fundamentais e políticas públicas: distinções e interconexões.....	101
3.2 O Sistema Único de Saúde	114
3.2.1 O Sistema Único de Saúde enquanto garantia institucional.....	118
3.2.2 Princípios informadores e características gerais.....	121
3.3 O financiamento do Sistema Único de Saúde: impasses e desafios.....	127
CAPÍTULO 4	
A ATUAÇÃO DO STF NA PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO DO PACTO FEDERATIVO E SEUS IMPACTOS SOBRE A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO ESTADO DO MARANHÃO	139
4.1 A função do STF no quadro político-institucional brasileiro e a resolução de conflitos entre os integrantes do Estado Federal	140
4.2 Tensões federativas no âmbito das políticas públicas de saúde do estado do Maranhão.....	154
4.3 Principais decisões do STF com reflexos sobre a efetividade das políticas públicas de saúde do estado do Maranhão entre os anos de 2020 e 2021	161
4.3.1 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341	163
4.3.2 A Ação Cível Originária nº 3.451	173
4.3.3 A Ação Cível Originária nº 3.385	177
4.3.4 A Ação Cível Originária nº 3473	182
CAPÍTULO 5	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS.....	193